

## LETRAMENTO RACIAL PARA ALUNOS DOS ANOS FINAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM UMA ESCOLA DA REDE PARTICULAR PAULISTA

MARÍLIA ALVES FACCO<sup>1</sup>

### Introdução

O objetivo desse artigo é compartilhar uma experiência pedagógica ainda em andamento no ano de 2021, com alunos das séries finais da Educação Básica (do 9º ano do Ensino Fundamental II à 3ª Série do Ensino Médio), em uma escola particular da Zona Norte da cidade de São Paulo. Considerando a importância e relevância de se propor discussões a partir de uma perspectiva antirracista no contexto educacional, esse relato de experiência tem como base a proposição e implementação de uma disciplina eletiva, objetivando, como produto, o processo de letramento racial para adolescentes em um espaço formal de ensino.

A proposta dessa disciplina eletiva, intitulado “letramento racial: aprendendo a (des)aprender” nasce a partir de uma prática realizada no ano de 2020, no ensino remoto emergencial, oriunda de uma atividade denominada Painel Cultural, que teve como título “Branquitude e Racismo: a palavra como manifesto”.

A possibilidade e abertura para discutir as questões raciais com alunos dos anos finais da Educação Básica, em um Painel Cultural, surgem a partir da morte de um homem negro (George Floyd), por um policial branco, nos Estados Unidos, em maio de 2020. Nesse momento (maio de 2020), a discussão sobre as questões raciais ficou mais aquecida também aqui no Brasil.

Para esse Painel Cultural, foram convidados – pela coordenação pedagógica e orientação educacional – os professores de Sociologia, Língua Portuguesa e Produção de Texto. Foi proposto a eles que, ao abordar o assunto, partissem da perspectiva da branquitude.

O Painel Cultural foi bem-sucedido, com impactos profundamente positivos nos alunos. Dessa atividade, foi possível perceber transformações de práticas e olhares para as questões raciais na nossa sociedade e no convívio no lócus escolar.

Após essas devolutivas, um dos primeiros dados desvelados foi o alcance do

---

<sup>1</sup> Psicóloga, Doutora em Psicologia da Educação pela PUCSP, orientadora educacional de uma escola da rede privada de ensino da cidade de São Paulo.

objetivo principal da autora desse trabalho: o de sensibilização para a importância dessa discussão com jovens no Ensino Médio; sujeitos majoritariamente brancos, em processo de formação, que irão transitar e ocupar lugares de decisão em nossa sociedade nos próximos anos.

É importante destacar que a autora deste trabalho ocupa o cargo de orientadora educacional da 2ª e 3ª Séries do Ensino Médio nessa instituição de ensino e, enquanto mulher branca, estudiosa das relações étnico-raciais, sabe da importância de fomentar e implementar práticas educativas que vislumbrem a perspectiva antirracista, tanto no que tange aos aspectos legislativos educacionais, quanto aos socioemocionais e formação humana.

A partir dessas premissas, ao analisar os impactos dessa atividade, a coordenação pedagógica sugeriu uma continuidade nas ações, objetivando a ampliação dessas discussões a fim de que os discentes pudessem ter mais espaço para reflexão dessa temática. Diante disso, foi organizada uma disciplina eletiva, intitulada "*letramento racial: aprendendo a (des)aprender*", que compreende um conjunto de sete aulas, com professores do próprio colégio – que se autodeclararam brancos –, de diferentes áreas.

Ou seja, mesmo considerando que essa atividade não contempla todo o universo de alunos dessa escola, é uma proposta de início de um trabalho a partir da educação antirracista, considerando a importância e urgência dessa temática em escolas privadas da cidade de São Paulo, que atende um público majoritariamente branco.

É possível perceber a necessidade desse trabalho nas escolas particulares; as provocações feitas por Luana Tolentino, em sua coluna, na revista Carta Capital, publicada no dia 14/05/2021, sob o título "Escolas privadas devem assumir compromisso com uma educação antirracista", mostram que

embora seja comum a negação por parte de gestores, relatos de pais e estudantes mostram que a discriminação se faz presente nessas instituições, dificultando a permanência de alunos negros, como também inculcando nos não negros um ideal de superioridade" (TOLENTINO, 2021, online).

Em consonância com as ideias de Tolentino (2021), ao observar as escolas particulares paulistas, é possível percebê-las, ainda, em relação ao público que atendem, como espaços majoritariamente brancos, fato esse que dificulta que

essas temáticas sejam pautadas de forma mais rotineira no cotidiano escolar. Quando observamos a diversidade racial nas escolas particulares, percebemos uma grande discrepância, tal como nos aponta Waleska Borges (2021), a partir de sua reportagem, publicada na coluna de Educação da Uol, em 23/05/2021, sob o título “negros são menos de 10% dos alunos nas 20 top escolas privadas do Brasil”. Não é à toa que há um crescente movimento de pais que tem se unido coletivamente para cobrar dessas instituições de ensino particulares uma perspectiva de educação em suas práticas cotidianas. E, notadamente, algumas escolas estão iniciando seus processos de mobilização a partir de uma perspectiva antirracista, considerando suas inquietações internas e, também, essa demanda das famílias. E nesse aspecto

O papel da escola e do professor é traçar estratégias e ações que promovam o respeito ao próximo, a empatia, não permitindo qualquer manifestação racista ou preconceituosa, trabalhando em sala de aula o tema e mostrando aos estudantes a importância do respeito às diferenças étnico-raciais e que todos são agentes de mudança, que não podemos aceitar de forma natural situações cotidianas de racismo, falta de respeito ou desmoralização de pessoas negras. Para tal, é fundamental que agentes educacionais e professores se apropriem dos conhecimentos relacionados à negritude, à educação antirracista e estejam integrados sobre o assunto. A atuação da escola, bem como do docente é de suma importância no processo de desconstrução do racismo, independentemente da área e componente curricular em que atua, afinal, o tema é transversal e não pode ser omitido ou ignorado. É necessário desfazer as amarras que muitas vezes impossibilitam os professores de abordarem diversos temas relacionados à negritude, por acreditarem que estes não se encaixam nas suas aulas ou por não saberem aplicar. (RANGEL; FERNANDES e SILVA, *et al*, 2021, p. 24).

Portanto, o lócus principal do tema “Letramento racial: aprendendo a (des)aprender” é um convite para que os alunos reflitam sobre seus aprendizados, sobre sua cultura e sobre suas histórias (coletiva e individual), objetivando um (des)aprendizado de padrões preconceituosos internalizados ao longo do tempo, em contato com o mundo social.

### **O que é letramento racial?**

O conceito de letramento está para além de instrumentalizar o sujeito para que ele tenha as habilidades de leitura e escrita desenvolvidas: tem como pressuposto que os processos de leitura e escrita tenham sentido, que essa pessoa consiga

interpretar o mundo a sua volta, tanto no ambiente escolar, quanto fora dele.

O letramento racial, quando desenvolvido no ambiente escolar, traz a possibilidade de o aluno desenvolver a leitura de si e do mundo, dos discursos e práticas sociais, das hierarquias de poder objetivas e subjetivas, da construção dos diversos estereótipos e de como se desenvolvem os (pré)conceitos sobre o outro. A prática de letramento racial no processo educativo é um primeiro passo para uma educação mais humanizada, pois nos auxilia a

reconhecer as múltiplas interpretações preconceituosas sobre a forma como o outro é construído pelo discurso, nas relações de poder e ideologia, e como essas diferenças são usadas na construção de ordem de superioridade, inferioridade, inclusão, exclusão dos atores sociais (SILVA, 2021, s/p.).

O que tratamos aqui como letramento racial tem sua origem no termo “racial literacy”, cunhado por Twine (2006), traduzido para o português por Schucman (2012). O conceito de letramento racial tem como base a desconstrução de formas de pensar e agir que tem sido, ao longo do tempo, naturalizada no Brasil. Sob essa perspectiva, a proposta do letramento é um conjunto de aprendizagens e de resignificação de práticas, com vistas a um processo de educação e, conseqüentemente, de humanização antirracista, tal como nos ensina a psicóloga Marleide Soares, especialista em racismo na infância, em sua entrevista para a jornalista Nathalia Geraldo, para a coluna mães e filhos, da Universia UOL, veiculada no dia 02/07/2020.

É importante que o aluno reconheça e compreenda que ser branco – em uma sociedade em que o racismo é estrutural – traz inúmeros privilégios. Compreender que o racismo não é apenas algo que ficou na nossa história e que ainda faz parte da nossa estrutura social facilitará a compreensão de como o aluno – mesmo sem ter consciência –, reproduz, reage ou lida com situações cotidianas (brincadeiras, piadas, atos de exclusão dos colegas negros), auxiliando-no em seu autoconhecimento, facilitando processos mais empáticos e de alteridade.

### **Letramento racial – aprendendo a (des)aprender: o lócus da prática**

Na esteira do movimento de apresentar a proposta realizada, até que a disciplina fosse realmente implantada, alguns passos foram necessários. Em primeiro lugar, a autora desse artigo (orientadora educacional), ainda em 2020, escreveu um

projeto considerando as perspectivas das leis 10.639/2003, 11.645/2008, Base Nacional Comum Curricular e os valores do colégio em questão. Após isso, coordenação pedagógica e orientação educacional apresentaram a proposta para a direção que, além de compreender a relevância do projeto, aceitou a implementação da disciplina eletiva de forma bem aberta e assertiva.

O próximo passo foi o de organizar o conjunto de aulas, escrever a ementa, convidar os professores para as aulas, organizar datas e horários, divulgar aos alunos, comunicar aos pais, organizar a equipe no ambiente remoto para as atividades e alocar os alunos nesse espaço virtual no qual as aulas aconteceriam.

O terceiro passo foi apresentar a proposta para toda a equipe gestora do colégio: direção pedagógica, coordenação pedagógica e orientação educacional de outros setores da instituição. Para esse momento, a autora desse trabalho convidou uma pessoa que não está vinculada a instituição, mas que tem profunda aderência ao tema em questão. Nessa oportunidade, com duas horas de duração, discutiu-se a questão do racismo e da branquitude em nossa sociedade, bem como a relevância do desenvolvimento do projeto na escola.

O próximo passo foi iniciar a disciplina com 16 alunos inscritos, apresentando o primeiro conjunto de aulas, com uma hora e meia de duração cada. Assim como foi feito com a equipe gestora, a convidada externa também participou da abertura do curso em conjunto com a orientadora educacional, em que debateram sobre racismo e branquitude, desigualdade racial, objetivando a sensibilização dos discentes ao tema.

Na sequência, ocorreram as outras três aulas, da primeira parte do curso, com os docentes do colégio (que se autodeclaram como brancos), com os seguintes temas: partilha da África, pós-abolição no Brasil e políticas eugenistas; a formação do povo brasileiro – Gilberto Freyre e Florestan Fernandes; ditadura e racismo.

Ainda como uma disciplina em andamento, outras aulas serão oferecidas aos alunos no segundo semestre de 2021. Os temas em questão serão: as questões raciais e a literatura no Brasil; tópicos atuais sobre as questões raciais no Brasil e fechamento do projeto. No entanto, vale destacar que, como em todo processo de planejamento, os temas propostos poderão sofrer alterações até que sejam realmente implementados.

Com isso, com um conjunto de sete aulas, totalizando dez horas e meia de discussão, objetiva-se que os alunos possam refletir sobre sua consciência racial,

suas práticas cotidianas, incidindo diretamente no processo da construção da consciência crítica e da formação humana.

Os dados preliminares apontam que os alunos têm refletido sobre essas questões no seu cotidiano, mas uma das falas mais recorrentes do processo aponta a importância do projeto: tanto alunos, quanto professores, têm relatado (no decorrer das aulas) a relevância dos temas, a profundidade das discussões e a importância da abertura do colégio para essa pauta. Outra fala interessante é a de que essa disciplina poderia ter mais aulas e que os demais alunos que optaram por não participar dessa disciplina eletiva poderiam ter se envolvido no processo. No entanto, como primeira experiência e um projeto piloto, um dos objetivos tem sido alcançado: sensibilização da comunidade educativa para a discussão do tema. Com isso, abre-se espaço para outros trabalhos, outras atividades, ampliando o cabedal de discussão a partir da perspectiva de uma educação antirracista.

### **Considerações finais:**

Ainda que de forma tímida e com poucos atores envolvidos, é o início de uma jornada nessa instituição de ensino. Sabemos que essa ação isolada nos anos finais da educação básica não contempla o todo e que não é uma atividade que vai mitigar processos de racismo e discriminação nessa escola, mas possibilita que se passe a pensar na questão de forma mais focal, mais processual e, principalmente, com mais intencionalidade.

Inferese que essa prática, ancorada no desenvolvimento das competências gerais da Base Nacional Comum Curricular e atrelada aos preceitos das Leis 10.639/03 e 11.645/08, na qual há a obrigatoriedade da incorporação temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo da educação básica, há a possibilidade de um real despertar antirracista nesse locus escolar, ensejando novas práticas e outras possibilidades de trabalho a partir dessa temática.

Analisando o público-alvo, alunos majoritariamente brancos, do 9º ano do Ensino Fundamental II até a 3ª Série do Ensino Médio, localizados em uma escola particular da zona norte da cidade de São Paulo, a possibilidade de discutir sobre letramento racial, nos permite, também, trabalhar com o desenvolvimento da identidade (no jogo Eu – Outro), uma vez que discutir sobre branquitude com esse grupo de alunos

é abordar a realidade na qual eles estão inseridos enquanto agentes sociais. As “identidades sociais são construídas no discurso, portanto, as identidades sociais não estão nos indivíduos, mas emergem da interação entre eles agindo em práticas discursivas particulares nas quais estão posicionados.” (LOPES, 2002, p. 37). Vale destacar que trabalhar sob essa perspectiva abre inúmeros espaços para a reflexão e mudança de postura do aluno sobre a leitura do mundo, bem como sobre a compreensão de que o preconceito está diretamente relacionado às populações não brancas em nossa sociedade, uma vez que os privilégios raciais estão associados às pessoas brancas, o que faz com elas ocupem posições diferenciadas na hierarquia social, produzindo desigualdades de toda ordem, assegurando-lhes inúmeros privilégios (SCHUCMAN, 2012). Ou seja, para pensarmos uma sociedade mais igualitária, precisamos refletir e discutir sobre as questões raciais e sobre o legado do processo escravagista em nosso país. (Essa parte pode ser o penúltimo parágrafo).

Alinhada à BNCC e às Leis 10.639/03 e 11.645/08, essa disciplina corrobora com a formação humana, objetivando uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, uma vez que é uma proposta de ampliação de conceitos e conhecimentos, tanto da história, quanto da realidade social, cultural e política de um país tão miscigenado como o Brasil.

Portanto, esse processo é um convite para que os alunos reflitam sobre seus movimentos enquanto sujeitos – que vivem em uma sociedade racista –, sobre seus aprendizados, sobre sua cultura e sobre suas histórias (coletiva e individual). Espera-se que com a oportunidade do letramento racial, possa haver um (des)aprendizado de padrões preconceituosos internalizados, considerando que o desaprender, nesse caso, vem ao encontro de novos aprendizados e abertura para novos paradigmas, alinhados a uma perspectiva de uma educação antirracista, objetivando uma sociedade menos opressora, mais justa e igualitária.

## Referências

BERNARDO, N. Pais e mães pressionam colégios de elite em SP por medidas antirracistas. **Uol**, São Paulo, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/08/25/pais-e-maes-pressionam-colegios-de-elite-em-sp-por-medidasantirracistas.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 6 out. 2021.

BORGES, W. Negros são menos de 10% dos alunos nas 20 top escolas privadas do

Brasil. **Uol Educação**, [S. l.], 23 maio 2021. Disponível em:

<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/05/23/negros-sao-menos-de-10-dos-alunos-das-20-top-escolas-privadas-do-brasil.htm>. Acesso em: 25 maio 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.645/08** de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site). Acesso em: 9 out. 2021.

DELBONI, C. "Na escola dos meus filhos não tem negro nas salas de aula". **Estadão**, São Paulo, 3 ago. 2020. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/kids/na-escola-dos-meus-filhos-nao-tem-negro-nas-salas-de-aula/>. Acesso em: 7 out. 2021.

FACCO, M. A. **Branquitude e racismo: o início de uma jornada de letramento racial para alunos das séries finais da Educação Básica**. In: LIMA, L; ROSALEN, M (orgs.). Saberes e diversidade: aspectos étnico raciais para a construção e formação docente. Diadema: V&V Editora, 2021. p. 241-253.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf). Acesso em: 6 out. 2021.

LOPES, P. M. **Identidades fragmentadas: a construção de raça, gênero e sexualidade na sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

PASSOS, A. H. I. **Um estudo sobre branquitude no contexto de reconfiguração das relações raciais no Brasil, 2003-2013**. 2. ed. Porto Seguro: Oyá, 2019.

RANGEL, E. M. et al. **Negritudes: assunto de um dia ou de todos os dias?** In: LIMA, L; ROSALEN, M (orgs.). Saberes e diversidade: aspectos étnico raciais para a construção e formação docente. Diadema: V&V Editora, 2021. p. 23-41.

REIS, V. Pais e mães de escolas de elite de SP se engajam em grupos por educação antirracista: "A gente quer sair dessa bolha". **G1**, São Paulo, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/11/20/pais-e-maes-de-escolas-de-elite-de-sp-se-engajam-em-grupos-por-educacao-antirracista-a-gente-quer-sairdessa-bolha.ghtml>. Acesso em: 6 out. 2021.

SCHUCMAN, L. V. Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. 2012. 118 f. Tese (**Doutorado em Psicologia**) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, M. F. L. Educação e Letramento Racial. **Boletim**, Belo Horizonte, n. 2081, ano



46, 18 nov. 2019. Disponível em:  
<https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/educacao/2081/educacao-e-letramento-racial>. Acesso em: 6 out. 2021.

TOLENTINO, Luana. Escolas privadas devem assumir compromisso com uma educação antirracista. **Carta Capital**, [S. l.], 14 maio 2021. Disponível em:  
<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/escolas-privadas-devem-assumir-compromisso-com-uma-educacao-antirracista/>. Acesso em: 15 maio 2021.

TWINE, F. W. The Gap Between Whites and Whiteness: Interracial Intimacy and Racial Literacy. **Du Bois Institute for African American Research**, Cambridge, v. 3, n. 2, p. 341-363. 2006. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/publication/231775543\\_The\\_gap\\_between\\_whites\\_and\\_w](https://www.researchgate.net/publication/231775543_The_gap_between_whites_and_w)